

A contribuição de Dorothy Porter Wesley para a Organização e Representação do Conhecimento da diáspora africana como prática contra-hegemônica frente ao viés racial¹

Dorothy Porter Wesley's contribution to the Organization and Representation of Knowledge of the african diaspora as a counter-hegemonic practice against racial bias

La contribución de Dorothy Porter Wesley a la Organización y Representación del Conocimiento de la diáspora africana como práctica contrahegemónica frente al sesgo racial

Karina de Carvalho Dantas

Universidade Federal do Cariri, Brasil
karina.carvalho@aluno.ufca.edu.br
<https://orcid.org/0009-0002-9629-3663>

Gracy Kelli Martins

Universidade Federal do Cariri, Brasil
gracy.martins@ufca.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-1805-9292>

Submetido em: 30 de janeiro de 2026

Aceito em: 18 de junho de 2026

Publicado em: 24 de agosto de 2026

Licença:



¹ Texto submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no VI ERECIN.

Como citar este artigo:

DANTAS, Karina de Carvalho; MARTINS, Gracy Kelli. A contribuição de Dorothy Porter Wesley para a Organização e Representação do Conhecimento da diáspora africana como prática contra-hegemônica frente ao viés racial. **REBECIN**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1-32. 2026. DOI: [http:// doi.org/10.24208/rebecin.v13.471](http://doi.org/10.24208/rebecin.v13.471)

RESUMO

Este estudo analisa as relações de poder na Organização e Representação do Conhecimento (ORC), destacando como os sistemas classificatórios reproduzem epistemologias eurocêntricas e marginalizam saberes negros. O objetivo é analisar, em perspectiva teórica, a classificação desenvolvida por Dorothy Porter Wesley para a produção intelectual negra, com base em seu caráter contra-hegemônico no âmbito da organização e representação do conhecimento. O referencial teórico se fundamenta nas discussões sobre colonialidade do saber, justiça informacional e crítica ao viés racial nos sistemas de classificação. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e análise temática. Os resultados iniciais indicam que a classificação desenvolvida por Dorothy Porter Wesley operou como uma prática contra-hegemônica ao romper com a lógica da Classificação Decimal de Dewey, a qual invisibilizava temas afro-diaspóricos. Wesley elaborou uma estrutura própria que desafiou a hegemonia eurocêntrica por meio da criação de categorias específicas e da ampliação vocabular, conferindo legitimidade à produção intelectual da diáspora africana. Conclui-se que o enfrentamento do viés racial na ORC transcende questões técnicas, exigindo dos profissionais uma postura ética e política que deve ser construída desde a formação, por meio da revisão curricular, da educação antirracista, decolonial e intercultural e da promoção de experiências didático-pedagógicas voltadas aos saberes ancestrais e tradicionais. Nesse sentido, a proposta classificatória de Dorothy Porter Wesley constitui um importante referencial para a construção de práticas

contra-hegemônicas voltadas à decolonização dos saberes e à promoção da justiça epistêmica nos ambientes informacionais.

Palavras-Chave: Organização e Representação do Conhecimento; Dorothy Porter Wesley; Epistemologias Negras; Decolonialidade.

ABSTRACT

This study analyzes power relations in Knowledge Organization and Representation (KOR), highlighting how classification systems reproduce Eurocentric epistemologies and marginalize Black knowledge. The aim is to theoretically examine the classification scheme developed by Dorothy Porter Wesley for Black intellectual production, emphasizing its counter-hegemonic character within the field of knowledge organization and representation. The theoretical framework is grounded in discussions on the coloniality of knowledge, informational justice, and critiques of racial bias in classification systems. Methodologically, this is a basic, qualitative, and exploratory study, conducted through bibliographic research and thematic analysis. Initial findings indicate that the classification developed by Dorothy Porter Wesley functioned as a counter-hegemonic practice by breaking with the logic of the Dewey Decimal Classification, which rendered Afro-diasporic subjects invisible. Wesley developed her own classificatory structure that challenged Eurocentric hegemony through the creation of specific categories and the expansion of vocabulary, thereby conferring legitimacy on the intellectual production of the African diaspora. It is concluded that addressing racial bias in KOR transcends technical issues and requires information professionals to adopt an ethical and political stance that should be cultivated from the outset of their education through curricular revision, anti-racist, decolonial, and intercultural education, and the promotion of teaching and learning experiences focused on ancestral and traditional knowledge. In this regard, Dorothy Porter Wesley's classificatory proposal constitutes an important reference for the development of counter-hegemonic practices aimed at the decolonization of knowledge and the promotion of epistemic justice in information environments.

Keywords: Knowledge Organization and Representation; Dorothy Porter Wesley; Black Epistemologies; Decoloniality.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do Século XX, os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) se consolidaram como instrumentos centrais para a mediação da informação em bibliotecas, arquivos e demais unidades de informação. No entanto, tais sistemas não se constituem como estruturas neutras, pois refletem valores, disputas de poder e hierarquias epistêmicas historicamente situadas (García Gutiérrez, 2011). No contexto da produção intelectual negra, essa não neutralidade se expressa por meio do viés racial presente em classificações, descritores e taxonomias que, ancorados em epistemologias eurocêntricas, contribuíram para a marginalização e invisibilização de saberes afro-diaspóricos (Garcez, 2022; Adler, 2017).

Dorothy Porter Wesley, bibliotecária afro-americana, ao assumir o cargo de bibliotecária-chefe na Biblioteca da *Howard University*, deparou-se com estruturas classificatórias excludentes ao constatar que obras de autoria negra eram sistematicamente agrupadas em categorias genéricas ou associadas exclusivamente a temas como escravidão e colonização (Garcês-da-Silva, 2022). Na Biblioteca da *Howard University*, assim como na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e em diversas outras bibliotecas, o uso da Classificação Decimal de Dewey (CDD) resultava na concentração de produções afro-americanas em seções que reduziam toda a diversidade intelectual negra a experiências de subjugação histórica, enquanto classificações de autoria branca eram contempladas por classificações mais específicas e legitimadas (Adler, 2017). Tal organização, para Dorothy, não representava uma limitação técnica do sistema, mas a materialização de um viés racial que operava na base da organização do conhecimento (Garcês-da-Silva, 2022).

A manifestação desse viés racial ocorre não apenas na ausência de categorias adequadas, mas também na hierarquização assimétrica dos conceitos e na escolha de termos que reforçam estereótipos e reduções epistemológicas (Adler, 2017). A produção intelectual negra, quando submetida a essas lógicas classificatórias, é frequentemente descontextualizada, fragmentada ou subordinada a narrativas hegemônicas, comprometendo o acesso à informação sob uma perspectiva plural e limitando o reconhecimento da complexidade histórica, cultural e intelectual da contribuição negra (Garcês-da-Silva, 2022).

A Organização e Representação do Conhecimento (ORC), enquanto campo teórico e prático, está intrinsecamente atravessada por relações de poder que definem quais saberes são legitimados e quais são marginalizados (Olson, 2002).

Assim, classificar, indexar e descrever documentos constituem atos políticos, pois essas práticas determinam formas de visibilidade, circulação e interpretação do conhecimento (Adler, 2017).

Historicamente, os sistemas classificatórios tradicionais têm favorecido epistemologias eurocêntricas, relegando perspectivas negras, decoloniais e contra-hegemônicas a posições periféricas nos acervos e nas estruturas informacionais (García Gutiérrez, 2011; Garcez; Sales, 2021). Sobre tais evidências, Adler (2017, p. 27, tradução nossa) defende a necessidade de criar sistemas classificatórios ancorados em contextos locais para que “possamos imaginar uma variedade de projetos criativos que se contraponham a esses sistemas racistas”.

Diante desse contexto, a presente pesquisa se pauta na seguinte questão norteadora: De que maneira a classificação desenvolvida por Dorothy Porter Wesley para a produção intelectual negra pode ser

interpretada como uma prática contra-hegemônica de organização e representação do conhecimento?

Com base nessa questão, o artigo tem por objetivo geral analisar, em perspectiva teórica, a classificação desenvolvida por Dorothy Porter Wesley para a produção intelectual negra, com base em seu caráter contra-hegemônico no âmbito da organização e representação do conhecimento.

Para tanto, elencam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os vieses raciais presentes nos sistemas tradicionais de organização e representação do conhecimento aplicados à produção intelectual negra;
- b) Examinar os princípios organizacionais e o potencial contra-hegemônico da classificação desenvolvida por Dorothy Porter Wesley no contexto da ORC;
- c) Refletir sobre as contribuições dessa proposta para práticas informacionais comprometidas com a diversidade epistêmica e a justiça informacional.

Fundamentada na compreensão de que enfrentar o viés racial na ORC implica reconhecer a colonialidade do saber como estrutura fundante desses sistemas e assumir a responsabilidade ética dos profissionais da informação na construção de práticas mais justas e inclusivas, a relevância desta discussão reside na necessidade de problematizar os mecanismos pelos quais a ORC pode reproduzir desigualdades raciais, ao mesmo tempo em que aponta possibilidades de enfrentamento dessas estruturas.

Com isso, a trajetória e a produção de Dorothy Porter Wesley oferecem um referencial histórico e teórico fundamental para refletir sobre práticas biblioteconômicas comprometidas com a justiça informacional

por meio da valorização de epistemologias negras e da diversidade epistêmica representadas nos ambientes informacionais. Sua proposta classificatória constitui um caso emblemático de resistência epistêmica, permitindo analisar uma estrutura de classificação contra-hegemônica e suas contribuições para o enfrentamento dos vieses raciais presentes nos sistemas tradicionais de ORC. Nessa direção, este artigo propõe uma análise teórico-interpretativa desse caso, sem pretensão de generalização dos resultados.

2 VIÉS RACIAL NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

A Organização do Conhecimento (OC), de acordo com Marisa Brascher e Lígia Café (2008), tem como objetivo a elaboração de modelos de mundo entendidos como abstrações da realidade, cuja representação do conhecimento pode ser compreendida como uma estrutura conceitual destinada a expressar tais modelos. Nesses “modelos de mundo”, estão presentes os vieses que moldam a sociedade e reproduzem visões de outros períodos históricos e ideológicos (Silva, 2022).

Nesse sentido, Clare Beghtol (2002) argumenta que os sistemas de representação e organização do conhecimento não são universalmente neutros, pois refletem pressupostos culturais, éticos e epistemológicos das comunidades que os produzem. Para a autora, toda estrutura classificatória incorpora visões de mundo específicas e, por isso, sistemas globais de organização do conhecimento precisam considerar a diversidade cultural e a pluralidade de perspectiva na representação da informação.

De modo semelhante, Hjørland (2017) afirma que os sistemas de classificação não constituem espelhos objetivos da realidade, mas estruturas produzidas mediante teorias, paradigmas e interesses sociais específicos. Diferentes perspectivas teóricas conduzem, portanto, a diferentes formas de organizar o conhecimento, evidenciando que toda classificação é historicamente situada e atravessada por disputas epistemológicas (Hjørland, 2017).

Para Hjørland (2016), a Organização do Conhecimento (OC), em articulação com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, dedica-se à descrição, representação e organização de documentos, assuntos e conceitos, atividades realizadas tanto por pessoas quanto por sistemas computacionais. Nesse contexto, os processos de organização são operacionalizados por meio de instrumentos e padrões, como sistemas de classificação, cabeçalhos de assunto, tesauros e outras formas de metadados, exigindo da pessoa bibliotecária a tomada de decisões que influenciam a representação da informação, tais como a seleção de determinados termos em detrimento de outros e a definição da relevância de um assunto principal em relação a temas secundários (Hjørland, 2016; Silva, 2022).

Essas escolhas evidenciam que a representação da informação não é um procedimento meramente técnico, mas também ético e político. Hjørland (2017) destaca que os critérios classificatórios jamais são neutros, pois toda escolha terminológica implica valores, finalidades e consequências sociais. Em consonância com essa perspectiva, Beghtol (2002) defende que os SOC eticamente fundamentados devem reconhecer a multiplicidade cultural presente nas sociedades e evitar a imposição de categorias universalizantes que silenciem diferenças.

A autora propõe o conceito de “hospitalidade cultural”, segundo o qual os sistemas classificatórios devem ser capazes de acolher diferentes visões de mundo, garantias culturais e necessidades informacionais sem reduzir a diversidades a uma lógica única e hegemônica.

Na prática, tais escolhas “[...] podem ocultar e separar conhecimentos, na medida em que privilegiam determinada cultura em detrimento da desvalorização e desprezo de outras expressões” (Silva, 2022, p. 39). Essa dinâmica evidencia como os SOC podem reproduzir desigualdades epistemológicas, reforçando a marginalização de saberes não eurocêntricos. Dessa forma,

[...] a atuação do profissional se evidencia por um conjunto de diálogos eu-outro que se operam em duas dimensões: o “outro-autor do conteúdo” e o “outro-integrante da comunidade”, o que necessariamente leva a uma não-neutralidade do “eu” de quem organiza/representa [...] (Arboit, 2016, p. 118).

Segundo Hjørland (2008), a Organização do Conhecimento é atravessada por valores e interesses, uma vez que a representação da informação resulta de escolhas realizadas em contextos sociais específicos. Dessa forma, Aline Arboit (2016) reflete a necessidade de a pessoa bibliotecária praticar “[...] o princípio da alteridade para se aproximar o máximo possível do outro, entender seus interesses, suas necessidades” (p. 123).

Considerando que classificar e indexar é um ato de nomeação, essa prática representa uma forma de relação de poder, pois define quais saberes são reconhecidos e organizados (Olson, 2002). Espera-se, assim, que a pessoa bibliotecária seja capaz de representar as diversas vozes que compõem a comunidade, mantendo um diálogo constante com diferentes sujeitos e experiências, de modo a atuar em favor da pluralidade de saberes (Arboit, 2016).

Ao se pautar por uma suposta neutralidade, a pessoa bibliotecária corre o risco de perpetuar, ainda que involuntariamente, o pensamento dominante colonizador, reproduzindo vieses, silenciamentos e estruturas hierárquicas que desvalorizam saberes e existências não hegemônicos, entre os quais se destaca a reprodução do viés racial como um dos efeitos mais persistentes e estruturantes nos processos de organização e representação da informação (Adler, 2017). Descritores referentes à história, à cultura e à intelectualidade negra, por exemplo, são frequentemente subordinados a perspectivas coloniais, reforçando narrativas hegemônicas (Garcês-da-Silva, 2022).

Hjørland (2017) observa que classificações consideradas universais ou “naturais” frequentemente ocultam os pressupostos teóricos e culturais que estruturam suas categorias. Assim, sistemas tradicionais podem ser compreendidos como produtos históricos vinculados a determinados contextos sociais e ideológicos, e não como representações neutras da totalidade do conhecimento.

De acordo com Beghtol (2002), os sistemas globais de organização do conhecimento frequentemente entram em conflito com especificidades culturais, sobretudo quando pretendem universalizar categorias construídas conforme perspectivas dominantes. Para a autora, a padronização excessiva pode substituir “a riqueza da diferença pela pobreza da uniformidade” (Buchanan, 1999, p. 199 apud Beghtol, 2002, p. 518, tradução nossa), produzindo invisibilizações e exclusões no processo de representação do conhecimento.

Ao discutir os sistemas de classificação amplamente utilizados em bibliotecas norte-americanas, Adler (2017) dedica especial atenção à Classificação Decimal de Dewey (CDD), apontando-a como um dos sistemas de organização do conhecimento mais utilizados no mundo. Seu

objetivo é organizar os assuntos por meio de uma estrutura hierárquica decimal, dividida em dez classes principais, que se subdividem progressivamente em temas mais específicos. Essa lógica permite representar relações entre áreas do conhecimento com base em princípios de hierarquia, subordinação e especificidade.

A estrutura da CDD pressupõe que o conhecimento pode ser organizado de forma sistemática e universal. Cada assunto recebe uma notação numérica que indica sua posição dentro da hierarquia classificatória, permitindo tanto a localização física dos documentos quanto a representação conceitual de seus conteúdos. Além das classes principais, a CDD utiliza tabelas auxiliares que possibilitam acrescentar informações sobre língua, lugar, grupos étnicos, forma e período histórico, ampliando a capacidade combinatória do sistema (Figura 1).

Figura 1: Exemplo de síntese notacional na CDD para mulheres afro-americanas

305.4 Women
— 8 Specific kinds of women
— 8 Racial, ethnic, national groups
— 96 Africans and people of African descent [T5]
— 073 African Americans

Fonte: Olson (2002, p. 215).

Como apontado pela literatura da área, nenhum sistema classificatório é produzido fora de contextos históricos e epistemológicos específicos. Assim, embora a CDD se apresente como universal, sua estrutura reflete escolhas culturais e teóricas relacionadas ao contexto em que foi criada.

Baseada nessa compreensão, Melissa Adler (2017), no artigo *Classification along the color line: excavating racism in the stacks*,

contextualiza historicamente a criação da CDD para evidenciar como seus princípios organizacionais foram influenciados pelas relações de poder vigentes nos Estados Unidos do final do Século XIX. Segundo a autora, o contexto político de retrocesso racial de 1876 não apenas coincidiu com o desenvolvimento do sistema, mas contribuiu para moldar seus fundamentos estruturantes. A consolidação do poder de elites brancas supremacistas após a retirada das tropas federais do sul do país produziu um ambiente no qual hierarquias raciais eram naturalizadas e legitimadas socialmente. Para Adler (2017), esse cenário repercutiu na estrutura da CDD por meio de escolhas classificatórias que privilegiaram perspectivas eurocêntricas e relegaram saberes negros e não brancos a posições subordinadas.

De acordo com o índice de assuntos, obras sobre “Negros” devem ser classificadas em dois lugares: 573, designado para a “História Natural do Homem” dentro da Biologia, ou em 326, reservado para a “Escravidão” na seção de ciência política. [...] observamos que a seção 573 está dividida em categorias como “Cor no homem”, seguida de “Antropometria”, “Craniologia”, “Anões e gigantes” e “Monstruosidades” (Adler, 2017, p. 14-15, tradução nossa).

Maria Clara Tavares da Silva (2022) observa ainda que, de modo semelhante, as Tabelas Auxiliares de Língua relegam os idiomas de povos racializados à categoria de “outras línguas”. Soma-se a isso o fato de que, nas edições anteriores à 23^a (vigente), a CDD mantinha uma Tabela de raças, grupos étnicos e nacionais cuja ordenação tomava o sujeito europeu como padrão normativo, reproduzindo hierarquias raciais e epistemológicas (Figura 2).

Figura 2: Sumário da tabela 5 da CDD**SUMMARY**

— 05—09	[Persons of mixed ancestry with ethnic origins from more than one continent; Europeans and people of European descent]
— 1	North Americans
— 2	British, English, Anglo-Saxons
— 3	Germanic people
— 4	Modern Latin peoples
— 5	Italians, Romanians, related groups
— 6	Spanish and Portuguese
— 7	Other Italic peoples
— 8	Greeks and related groups
— 9	Other ethnic and national groups

Fonte: Elaborada conforme a Classificação Decimal de Dewey (2003).

Os SOC, como a CDD, têm sido amplamente analisados por evidenciarem a reprodução de preconceitos e processos de marginalização fomentados pela colonização e perpetuados pela colonialidade ainda presente na produção do conhecimento científico (Silva, 2022).

Nesse contexto, a padronização se configura como um problema epistemológico. Ao pretender organizar todo o conhecimento segundo uma única lógica, majoritariamente eurocêntrica, as classificações universais silenciam outras formas de saber e produções de sujeitos diversos. Como aponta Hope Olson (2002), as estruturas classificatórias tradicionais se sustentam em binarismos e hierarquias que naturalizam uma visão masculina, branca e ocidental do mundo.

Diante dessas limitações, a noção de desclassificação, formulada por García Gutiérrez (2011), permite problematizar as bases coloniais que sustentam os sistemas classificatórios e suas hierarquias de saber.

A desclassificação proposta por García Gutiérrez (2011) consiste em uma forma dinâmica de organização que toma a mudança como

princípio estruturante, reconhecendo que os objetos simbólicos são históricos, relacionais e continuamente ressignificados. Ao deslocar a ideia de categorias fixas e universais, essa perspectiva rompe com a paralisia cognitiva característica dos modelos classificatórios tradicionais, frequentemente responsáveis por cristalizar hierarquias e sentidos. Não se trata, contudo, de um modelo substitutivo, mas complementar, “através de outros caminhos, em relação a diferentes sensibilidades, reposicionando o lugar epistêmico a partir do qual as teorias e práticas de OC são geralmente enunciadas” (García Gutiérrez, 2011, p. 1).

Nesse contexto, a desclassificação propõe uma reorganização do conhecimento capaz de questionar bases coloniais que sustentam as formas hegemônicas de ordenar, nomear e hierarquizar saberes.

Assim, García Gutiérrez (2011) propõe a desclassificação como uma forma de denúncia das práticas hegemônicas presentes na OC, que, longe de promoverem uma iniciativa justa, universal e diversa, reproduzem ideologias dominantes.

Observamos ideologias, vieses culturais, crenças e outras mentalidades impressas nos sistemas de Organização do Conhecimento e outros instrumentos da Ciência da Informação, de modo a perpetuar o ideal eurocêntrico na sociedade. Questionar, portanto, os sistemas vigentes, garante romper a relação de dominação-repressão, deixar de lado a submissão as vontades colonizadoras (Silva, 2022, p. 41).

Ao questionar as categorias fixas e as hierarquias impostas pela colonialidade do poder, a desclassificação abre espaço para a valorização de epistemologias historicamente silenciadas. Nesse sentido, torna-se fundamental considerar as epistemologias negras, que desafiam os regimes classificatórios hegemônicos e propõem outras formas de produzir, organizar e legitimar o conhecimento, ancoradas em experiências, corpos e saberes racializados.

2.1 DOROTHY PORTER WESLEY E SUA INTERVENÇÃO NA REPRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO INTELECTUAL NEGRA

Dorothy Louise Porter Wesley foi bibliotecária, bibliógrafa, acadêmica, historiadora, arquivista e intelectual afro-americana. Autodenominada “bibliomaníaca”, Dorothy compreendeu como missão o ato de coletar e preservar materiais relacionados à experiência negra global (Nunes, 2018). Para tanto, Dorothy percebeu que essas obras exigiam abordagens específicas para coletá-las, avaliá-las e catalogá-las.

Figura 3: Dorothy Porter na Biblioteca da *Howard University*, 1939



Fonte: Nunes, 2018.

Sua atuação foi marcada pelo compromisso em transformar a forma como a produção intelectual negra era representada nos SOC. Primeira mulher negra afro-americana a concluir bacharelado e mestrado em Biblioteconomia, foi nomeada bibliotecária da *Library of Negro Life and History* (Biblioteca da Vida e História do Negro), da *Howard University* (Figura 3), nominada posteriormente como *Moorland-Spingarn Research*

Center (Garcês-da-Silva, 2022). Enquanto principal responsável pela Coleção, seu trabalho envolvia a identificação, preservação, proteção, organização, catalogação e incorporação de materiais ao acervo, bem como a disponibilização desses conteúdos à comunidade da *Howard University* para consulta na sala de leitura vinculada à Coleção (Garcês-da-Silva; Garcez; Pizarro, 2021).

Motivada pelo reconhecimento da importância da preservação da memória negra, Dorothy dedicou sua trajetória à construção e consolidação da Coleção Moorland-Spingarn em um centro de pesquisa de reconhecimento internacional. Já nos primeiros anos da sua atuação, evidenciava-se seu compromisso com a preservação e a difusão do legado histórico e cultural afro-americano (Findlay, 2001 *apud* Garcês-da-Silva, 2022), o que a levou a coletar, organizar e disponibilizar toda a documentação relacionada à experiência afro-americana que encontrava, compreendendo que o acesso à história é uma necessidade fundamental da comunidade negra (Garcês-da-Silva, 2022).

Para a construção e complementação da Coleção, Dorothy Porter Wesley realizava articulações com uma rede de colaboradores, tais como livreiros, autores, colecionadores de livros, viúvos de pessoas que tinham coleções e bibliotecas pessoais, editores, sociedades históricas, outras bibliotecas, indivíduos e organizações negras. Toda essa rede lhe permitiu construir um acervo a partir de doações de materiais, apesar do pouco orçamento destinado à biblioteca e do sexismo enfrentado. Havia também o oferecimento de serviços de revisão de livros em troca de exemplares para a biblioteca e de curadores individuais. Com o passar do tempo, tornou-se especialista nos diversos assuntos que englobam a história e cultura negra, africana e da diáspora (Scapura, 1990 *apud* Garcês-da-Silva; Garcez; Pizarro, 2021, p. 06).

Assim, além das principais contribuições de Jesse E. Moorland, que doou mais de três mil itens, e da coleção particular de Arthur B. Spingarn, a Coleção se tornou reconhecida mundialmente como um dos mais

abrangentes repositórios sobre a história e cultura negra (Garcês-da-Silva, 2022; Garcês-da-Silva; Garcez; Pizarro, 2021).

Além de sua atuação na Coleção *Moorland-Spangarn*, Dorothy desenvolveu uma extensa produção intelectual como pesquisadora e bibliotecária, marcada pela compilação de numerosas bibliografias e compêndios fundamentais sobre a história afro-americana (Garcês-da-Silva, 2022). Apesar desse reconhecimento, parte significativa de seu trabalho permanece pouco explorada, em especial suas relações com o Brasil ao longo de mais de quatro décadas, materializadas na coleção Afro-Braziliana (Trapp, 2020). No âmbito da ORC, Dorothy adotou uma postura crítica ao questionar a forma como materiais bibliográficos de povos não brancos eram catalogados.

Reconhecendo que os códigos de classificação e catalogação eram produzidos segundo uma perspectiva eurocêntrica e branco-americana, Dorothy criticou esses sistemas por serem inadequados para representar materiais *de e sobre* a população negra (Garcês-da-Silva, 2022).

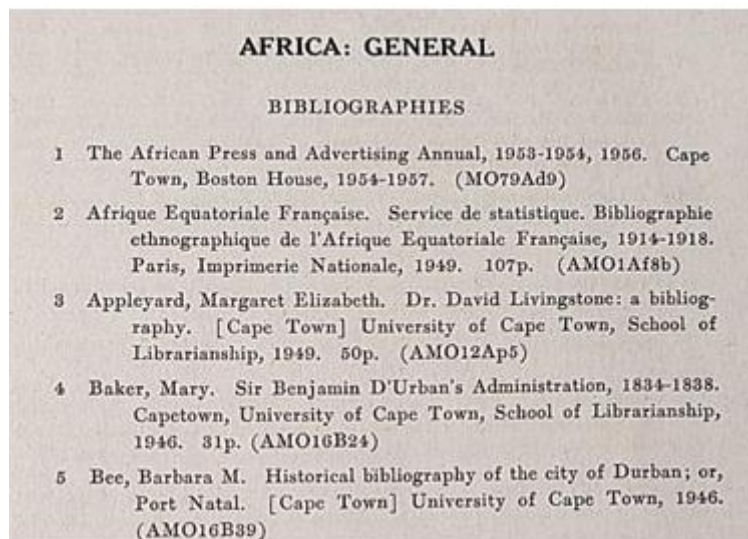
Sua maior contribuição para o debate racial, principalmente nos Estados Unidos, além da constituição desse acervo [na Coleção *Moorland-Spangarn*] e da compilação de bibliografias, está em sua visão das bibliotecas como espaços de reprodução, mas também de enfrentamento do racismo institucional, o que realizou desafiando um dos principais alicerces de seu campo: a Classificação Decimal de Dewey [...] (Trapp, 2020, p. 641).

A adoção da CDD não era suficiente para abarcar e representar todo o conhecimento presente nas obras da Coleção, tornando o trabalho de catalogação ainda mais árduo para Dorothy, que se deparava com um sistema que orientava a acomodação dos livros *de e sobre* a população negra dentro da classe 325, “colonização”, ou 326, escravidão (Garcês-da-Silva; Garcez; Pizarro, 2021). Diante da inadequação da CDD para representar a diversidade temática da Coleção, Dorothy solicitou a

expansão nas classes do sistema para abarcar os diversos materiais presentes na Coleção.

[...] a partir da recusa em obter a expansão da Classificação, [Dorothy] optou por elaborar uma nova classificação que resultou no *Tentative plans for the administration, reclassification and cataloging of the Moorland Foundation of Howard*, de 1932; o *Catalogue of Books in the Moorland Foundation*, publicado em 1939 e, por fim, *A catalogue of the African Collection in the Moorland Foundation Howard University Library*, editado por Dorothy Porter Wesley e sua equipe de estudantes publicada em 1958 (Garcês-da-Silva; Garcez; Pizarro, 2021, s.p.).

Em vez de restringir obras sobre pessoas negras a categorias como escravidão ou colonização, ela propôs uma classificação baseada na autoria e no gênero literário, respeitando a diversidade temática e intelectual da produção negra. Assim, a classificação “incorporou os números da classificação de Dewey, personalizando-os para contemplar a classificação de obras produzidas por pessoas negras e que se relacionassem às populações negras e da diáspora” (Garcês-da-Silva; Garcez; Pizarro, 2021, p. 11). Nessa personalização (Figura 4), “todos os números que começam com AM se referem à coleção africana na Fundação Moorland ou apenas M para Fundação Moorland; seguido de um número de Dewey #; após, um número de Cutter #” (Garcês-da-Silva; Garcez; Pizarro, 2021, p. 12).

Figura 4: Divisão por regiões, em exemplo, África Geral - Bibliografias

Fonte: *A catalogue of the African Collection in the Moorland Foundation Howard University Library* (1958 apud Garcês-da-Silva; Garcez; Sales; Saldanha, 2021).

Diferentemente dos sistemas de uso geral, como a CDD, elaborados com pretensão universalizante e ampla padronização, a proposta desenvolvida por Dorothy Wesley era pautada nas necessidades concretas de uma coleção especializada e de uma comunidade específica.

Enquanto classificações universais tendem a diluir particularidades culturais em categorias amplas e homogêneas, sistemas desenvolvidos em contextos locais ou especializados possibilitam maior precisão representacional e sensibilidade às experiências dos sujeitos contemplados no acervo.

No ano de sua aposentadoria, 1973, Dorothy Porter Wesley havia organizado mais de 195.000 obras na Coleção Moorland-Spingarn, consolidando uma referência global nos Estudos Negros (Garcês-da-Silva; Garcez; Sales; Saldanha, 2021). Com isso, o legado de Dorothy exemplifica como profissionais da ORC podem romper com a pretensa

neutralidade, adotando práticas conscientes que desafiam hierarquias hegemônicas e valorizam saberes historicamente marginalizados.

O trabalho de Dorothy Porter Wesley evidencia que a pessoa bibliotecária não atua apenas como aplicadora técnica de normas classificatórias, mas como agente intelectual capaz de questionar, adaptar e transformar sistemas de organização do conhecimento.

Assim, sua atuação demonstra que os SOC não são estruturas fixas e imutáveis, mas instrumentos passíveis de revisão crítica conforme as necessidades informacionais das comunidades representadas. Dessa forma, a prática bibliotecária assume também uma dimensão ética e política, relacionada à disputa por visibilidade, memória e legitimidade epistemológica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o caráter teórico e interpretativo da investigação, voltada à compreensão crítica dos vieses raciais historicamente presentes nos sistemas classificatórios e de suas implicações para a ORC, a presente pesquisa é de natureza básica, pois “[...] visa descobrir, melhorar ou ampliar um conhecimento científico. [...] É o desenvolvimento do conhecimento pelo conhecimento” (Silva, 2024, p. 2). A abordagem se caracteriza como qualitativa, por privilegiar a compreensão e a interpretação dos fenômenos em seus contextos históricos e sociais. Ademais, possui caráter exploratório, por possibilitar maior aproximação e compreensão de temáticas em estágio inicial de discussão (Gil, 2008).

Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica, desenvolvida mediante o levantamento e análise de produções científicas relacionadas à temática investigada. Para a

composição do *corpus* documental, foram realizadas buscas em bases de dados, como o Portal de Periódicos da CAPES e a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), bem como em anais de eventos científicos da área, com destaque para o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB).

Complementarmente, foram consultados livros e outras obras de referência relacionadas à temática investigada, além da realização de buscas livres na web com o objetivo de localizar documentos e informações pertinentes ao estudo.

Para a seleção dos documentos, foram definidos três critérios: 1) a pertinência temática, contemplando estudos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia que abordam o viés racial na Organização do Conhecimento, a colonialidade do saber e as epistemologias negras; 2) a representatividade histórica, voltada à trajetória e aos princípios classificatórios de Dorothy Porter Wesley; e 3) a consonância teórica, considerando trabalhos que relacionam a ORC a práticas contra-hegemônicas e à justiça epistêmica.

A análise do *corpus* bibliográfico foi guiada pelos princípios da análise temática, que opera com a noção de tema, entendida como uma afirmação central sobre um determinado assunto (Minayo, 2004). Para a condução dos procedimentos de análise, foram realizadas três etapas:

- a) Pré-análise: contato inicial com o *corpus* selecionado, visando assegurar o alinhamento com os objetivos da pesquisa e delimitar as unidades de registros, tais como trechos, conceitos e menções recorrentes à classificação de Dorothy;
- b) Exploração do material: agrupamento dos fragmentos textuais por semelhança semântica, organizando-os em categorias

teóricas ou empíricas, relacionados ao racismo epistêmico, às limitações da CDD e à classificação proposta por Dorothy;

- c) Tratamento dos resultados: integração e análise das informações obtidas na fase anterior, estruturando os resultados do trabalho. “A partir daí o analista propõe inferências e realiza interpretações previstas no seu quadro teórico ou abre outras pistas em torno de dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material” (Minayo, 2004, p. 211).

Essas etapas permitiram sistematizar os conteúdos provenientes da literatura da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, estruturando a discussão teórica e fornecendo subsídios para a análise crítica da proposta classificatória de Dorothy Porter Wesley no campo da ORC.

Para a obtenção dos resultados, a análise se concentrou em três aspectos centrais da proposta classificatória de Dorothy: a) o deslocamento da produção intelectual negra de categorias historicamente associadas à escravidão, à colonização e à subalternização; b) a valorização da autoria negra como princípio organizador do conhecimento; e c) a construção de uma estrutura classificatória fundamentada nas especificidades históricas, culturais e intelectuais da diáspora africana.

Tais aspectos permitem compreender a proposta de Dorothy Porter Wesley como uma resposta aos limites epistemológicos dos sistemas universais de classificação. Para isso, os procedimentos analíticos envolveram a leitura crítica e interpretativa dos textos selecionados, buscando identificar contribuições teóricas que possibilitassem compreender como sua classificação, voltada à produção intelectual negra, configura-se como uma prática contra-hegemônica de organização do conhecimento, ao desafiar lógicas eurocêntricas de representação e

favorecer a visibilidade, a circulação e a valorização de saberes historicamente marginalizados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva foi a primeira pesquisadora brasileira, identificada na pesquisa, a se dedicar ao estudo da trajetória e atuação de Dorothy Porter Wesley na Biblioteconomia, especialmente no contexto das epistemologias negro-africanas e da construção de uma Biblioteconomia Negra Brasileira. Ao investigar criticamente os impactos da branquitude e do epistemicídio na organização do conhecimento, Franciéle evidencia a importância da atuação de Dorothy Wesley como referência internacional na luta por justiça informacional e racial.

No artigo intitulado “Justiça para quem? Justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas”, Franciéle Garcês-da-Silva, Dirnéle Gracez, Nathália Romeiro, Priscila Fervier e Ana Paula Alves (2021) discutem a presença (ou ausência) dessas dimensões de justiça dentro de bibliotecas e unidades de informação. Com maior enfoque no conceito de justiça social, as autoras afirmam que “a justiça social se refere a cada pessoa obter chances e oportunidades para aproveitar sua vida em toda amplitude e usando seus talentos e habilidades” (Vincent, 2012 *apud* Garcês-da-Silva; Garcez; Romeiro; Fervier; Alves, 2021, p. 4).

Nesse contexto, os resultados permitem compreender os SOC não apenas como instrumentos técnicos de representação, mas também como espaços de disputa epistemológica, nos quais determinadas formas de conhecimento são legitimadas enquanto outras são marginalizadas. Observou-se que a ausência de categorias específicas, assim como o uso

de termos genéricos ou inadequados para representar autores, temas e produções negras, reforça processos de invisibilização e exclusão epistêmica.

A marginalização da produção intelectual negra nos sistemas classificatórios pode ser compreendida, à luz de Sueli Carneiro (2005), como expressão de um epistemicídio, entendido como a destruição, deslegitimação ou silenciamento dos conhecimentos produzidos por populações negras.

Esses achados corroboram a literatura analisada, que compreende a Organização do Conhecimento como um campo atravessado por relações de poder, ideologias e processos de colonialidade do saber. Por meio da revisão da literatura, notadamente escassa sobre o tema e a Dorothy Porter Wesley, foi possível identificar que a crítica ao viés racial não se limita a aspectos técnicos dos SOC, mas inclui uma dimensão ética e política da atuação profissional. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de reconhecer o papel dos profissionais da informação como agentes capazes de reproduzir ou tensionar estruturas hegemônicas, a depender das escolhas classificatórias e terminológicas adotadas.

Conforme Guimarães e Pinho (2007), torna-se necessária a elaboração de subsídios teóricos e práticos que possibilitem aos profissionais da informação refletirem criticamente sobre suas práticas e sobre os sistemas de organização do conhecimento que utilizam, promovendo uma atuação eticamente comprometida. Tal discussão evidencia que as pessoas responsáveis por indexar e classificar, enquanto mediadoras da informação que representa a produção de conhecimentos, possuem responsabilidade social não apenas na representação documental, mas também na promoção da integração cultural e da justiça informacional.

Nesse sentido, os autores defendem que a organização e a representação do conhecimento devem considerar as necessidades e especificidades dos diferentes públicos aos quais se destinam. Tal perspectiva está associada à necessidade de construção de abordagens multiéticas na organização e representação do conhecimento, capazes de contemplar diferentes contextos culturais e epistemológicos, de modo a evitar que as representações presentes nos sistemas sejam produzidas e reproduzidas por meio de práticas tendenciosas (Guimarães; Pinho, 2005). Essa perspectiva reforça a importância de práticas classificatórias comprometidas com a pluralidade epistemológica e com o reconhecimento de grupos historicamente subalternizados.

Nesse contexto, a atuação de Dorothy Porter Wesley se apresenta como um exemplo para a construção de alternativas às práticas tradicionais. Sua experiência na organização da Coleção Moorland-Spingarn evidencia estratégias contra-hegemônicas conscientes de valorização da produção intelectual negra, por meio da criação de categorias específicas, da ampliação vocabular e da centralidade conferida a autorias, experiências e temas afro-diaspóricos.

Dessa forma, a contribuição de Dorothy Porter Wesley ultrapassa o âmbito técnico da organização do conhecimento, configurando-se como uma prática de resistência intelectual e política frente às estruturas eurocêntricas dominantes da sua época. Sua atuação possibilitou a consolidação de um corpus bibliográfico negro, promovendo maior visibilidade, acessibilidade e legitimidade a produções intelectuais historicamente marginalizadas.

A atualidade de sua proposta reside justamente em demonstrar que o enfrentamento dos vieses raciais nos sistemas de organização do conhecimento não depende da substituição dos modelos existentes, mas

da incorporação de perspectivas complementares capazes de ampliar os horizontes epistemológicos da representação. Nesse sentido, a experiência de Dorothy Porter Wesley se aproxima da concepção de desclassificação proposta por García Gutiérrez (2011), ao evidenciar a necessidade de reposicionar as práticas de representação reconhecendo outras formas de produção e organização dos saberes. Sua iniciativa antecipa debates contemporâneos sobre justiça informacional, demonstrando que tais discussões não devem permanecer restritas ao plano teórico. Ao contrário, elas precisam se materializar em práticas cotidianas nos ambientes informacionais, sejam bibliotecas, arquivos ou museus.

No que se refere a essa dimensão prática, ancoramo-nos nas proposições de Silva, Garcez e Silva (2022), que defendem a promoção da diversidade epistêmica por meio de processos formativos desenvolvidos em diferentes níveis educacionais, da educação básica à pós-graduação, bem como na formação continuada de profissionais da informação.

Entre as estratégias propostas, destacam-se a afroperspectividade, a educação bibliotecária antirracista, decolonial e intercultural, a oferta de cursos de atualização profissional e a promoção de experiências didático-pedagógicas conduzidas por Mestras e Mestres de saberes ancestrais e tradicionais (Silva; Garcez; Silva, 2022). Tais iniciativas contribuem para uma formação profissional crítica e comprometida com a justiça informacional, favorecendo a valorização do conhecimento negro e de outros grupos historicamente marginalizados.

Nessa direção, a trajetória e a produção intelectual de Dorothy Porter Wesley permanecem como importantes referências para o avanço das discussões sobre práticas contra-hegemônicas na ORC, ao

evidenciar a necessidade de classificações mais representativas voltadas a diferentes epistemologias e formas de produção de saberes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu evidenciar que os Sistemas de Organização do Conhecimento, ao se estruturarem historicamente conforme epistemologias eurocêntricas, desempenham papel central na reprodução do viés racial e na invisibilização da produção intelectual negra. Segundo uma interpretação teórica fundamentada na literatura da área da ORC, da Biblioteconomia e dos estudos sobre decolonialidade e epistemologias negras, foi possível compreender que tais sistemas não operam de forma neutra, mas refletem disputas de poder, valores ideológicos e hierarquias epistêmicas que impactam diretamente o acesso, a representação e a legitimação dos saberes.

Nesse contexto, a trajetória e a atuação de Dorothy Porter Wesley se revelam fundamentais para compreender possibilidades de enfrentamento dessas estruturas hegemônicas. Ao reconhecer as limitações e os silenciamentos impostos pela Classificação Decimal de Dewey e por outros instrumentos tradicionais, Dorothy desenvolveu práticas classificatórias que desafiaram a lógica colonial do saber, propondo uma organização do conhecimento mais sensível às especificidades históricas, culturais e intelectuais da diáspora africana. Sua atuação na Coleção Moorland-Spingarn demonstrou ser possível transformar os sistemas de organização em espaços de resistência, valorização e justiça epistêmica.

Os resultados desta pesquisa reforçam, portanto, que o enfrentamento ao viés racial na organização do conhecimento exige mais

do que a simples inclusão de obras de autoria negra nos acervos. Trata-se de repensar criticamente as estruturas classificatórias, os vocabulários controlados, as hierarquias conceituais e, principalmente, as práticas profissionais que sustentam processos de exclusão epistêmica e a formação das pessoas responsáveis pela organização e representação desses conhecimentos. Nesse sentido, a responsabilidade ética dos profissionais da informação se torna central para esse processo, uma vez que suas decisões técnicas possuem implicações políticas, sociais e epistemológicas diretas.

Entretanto, é importante reconhecer que as conclusões apresentadas decorrem de uma análise de caráter teórico-interpretativo, fundamentada em revisão bibliográfica, não envolvendo investigação empírica sobre a aplicação prática dos sistemas classificatórios em bibliotecas ou unidades de informação específicas. Além disso, a literatura nacional sobre Dorothy Porter Wesley e sobre as relações entre raça, epistemicídio e ORC ainda estão em desenvolvimento, o que evidencia lacunas importantes no campo.

Dessa forma, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem investigações empíricas acerca da presença do viés racial em sistemas de classificação, indexação e representação do conhecimento em diferentes contextos institucionais. Também se destacam como possibilidades relevantes estudos voltados à análise de linguagens documentárias e práticas profissionais que ampliem o diálogo entre ORC, epistemologias negras, justiça informacional e perspectivas decoloniais, além de discussões sobre a revisão e inclusão dessas temáticas em currículos de formação profissional.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o debate acadêmico e profissional sobre viés racial, colonialidade do saber e ORC,

incentivando novas pesquisas e práticas comprometidas com a valorização das epistemologias negras e com a transformação dos ambientes informacionais em espaços efetivamente representativos e democráticos.

REFERÊNCIAS

ADLER, Melissa. Classification along the Color Line: Excavating Racism in the Stacks. **Journal of Critical Library and Information Studies**, n. 1, p. 1-32, 2017. Disponível em: <https://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/17>. Acesso em: 25 jan. 2026.

ARBOIT, Aline Elis. É possível uma organização e representação do conhecimento sem partidos? **Revista P2P e INOVAÇÃO**, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/4614>. Acesso em: 25 jan. 2026.

BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: USP, ANCIB, 2008. Não paginado. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>. Acesso em: 23 jan. 2026.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DEWEY, Melvil. **Dewey decimal classification and relative index**. 22. ed. Dublin, OH: OCLC, 2003.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. Dorothy Porter Wesley e a organização do conhecimento: um olhar a partir da Teoria Crítica Racial Duboisiana. *In*: SALDANHA, Gustavo Silva; ALMEIDA, Tatiana de; SILVEIRA, Naira. (org.). **Teorias Críticas em Organização do Conhecimento**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 73-89.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; SILVA, Rubens Alves da. Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1–19, 2022. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1885>. Acesso em: 29 maio. 2026.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; PIZARRO, Daniella Camara. Dorothy Porter Wesley e a Classificação para os Estudos Negros, Africanos e da Diáspora. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANCIB, 2021. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/600>. Acesso em: 25 jan. 2026.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; ROMEIRO, Nathália Lima; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021. **Anais [...]** XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/193588>. Acesso em: 19.jan. 2026.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; GARCEZ, Dirnéle Carneiro Garcez; SALES, Rodrigo de; SALDANHA, Gustavo Silva. Dorothy Porter Wesley e a Organização do Conhecimento na Coleção Especial Moorland-Spangarn Research Center. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 1-23, nov. 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5780>. Acesso em: 25 jan. 2025.

GARCEZ, Dirnele Carneiro. Decolonizando a Organização do Conhecimento: conceitos, teorias e epistemologias de Abya Yala. **Ciência da Informação Express**, Lavras, MG, v. 3, p. 1–3, 2022. DOI: 10.60144/v3i.2022.47. Disponível em:

<https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/47>. Acesso em: 29 jan. 2026.

GARCEZ, Dirnele Carneiro; SALES, Rodrigo. Decolonizando a organização do conhecimento: um olhar do periódico knowledge organization (2000-2020). **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 14, n., 2021. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/562/498>. Acesso em: 23 jan. 2026.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Desclassificação na organização do conhecimento: ensaio pós-epistemológico. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, jan./abr., 2011. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6176>. Acesso em: 10 fev. 2025.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2026.

GUIMARAES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/33397>. Acesso em: 12 maio 2026.

HJØRLAND, Birger. Classification. **Knowledge Organization**, v. 44, n. 2, p. 97-128, 2017. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2017-2-97>. Acesso em: 12 maio 2026.

HJØRLAND, Birger. Deliberate bias in knowledge organization? In: Arsenault, Clément; Tennis, Joseph T. (Ed.). **Culture and Identity in Knowledge Organization**: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference, Montréal, 5-8 August, 2008. Würzburg: ERGON, 2008. p. 256-261.

HJØRLAND, Birger. Knowledge organization (KO). **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, v. 43, n. 6, p. 475-84, 2016. Disponível em: http://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization. Acesso em: 25 jan. 2026.

NUNES, Zita Cristina. Remembering the Howard University Librarian Who Decolonized the Way Books Were Catalogued. **Smithsonian Magazine**, 16 nov. 2018. Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/history/remembering-howard-university-librarian-who-decolonized-way-books-were-catalogued-180970890/>. Acesso em: 25 jan. 2026.

OLSON, Hope A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer, 2002.

SILVA, Aline da Costa. Classificação metodológica das pesquisas científicas. **Anais do CONPEPE**, v. 2, n. 1, p. 1-5, 2024. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/anaisconpepe/article/view/1452>. Acesso em: 25 jan. 2026.

SILVA, Maria Clara Tavares da. **Racismo na Organização do Conhecimento**: um olhar da produção científica na base de dados Scopus. 2022. 86 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/dc282b01-48dc-4004-bc27-3d8db7212be5>. Acesso em: 25 jan. 2026.

TRAPP, Rafael Petry. Dorothy Porter e a constituição de um campo bibliográfico sobre o negro no Brasil e nos Estados Unidos (1943-1978). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 45, p. 639-656, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/cGFWtLXLmh9S95WBvRSN7fh/>. Acesso em: 25 jan. 2026.

Concepção e elaboração do estudo: Karina de Carvalho Dantas, Gracy Kelli Martins

Coleta de dados: Karina de Carvalho Dantas

Análise e interpretação de dados: Karina de Carvalho Dantas

Redação: Karina de Carvalho Dantas, Gracy Kelli Martins

Revisão crítica do manuscrito: Karina de Carvalho Dantas, Gracy Kelli Martins